

**JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO**

**VINICIUS SILVA LEMOS**

**A PROVA  
NO PROCESSO  
CIVIL BRASILEIRO**

**DA TEORIA GERAL ÀS PROVAS EM ESPÉCIE**

Londrina/PR  
2024



**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

A prova no processo civil brasileiro: da  
teoria geral às provas em espécie / José  
Henrique Mouta Araújo, Vinicius Silva  
Lemos – Londrina, PR: Thoth, 2024.

347 p.

Inclui Bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-700-0

1. Direito à prova. 2. Teoria Geral da Prova.  
3. Direito Probatório. I. José Henrique  
Mouta Araújo. II. Vinicius Silva Lemos.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth  
**Revisão:** Os autores  
**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil: 341.46

**Conselho Editorial (Gestão 2024)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Mc. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •  
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.  
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel  
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartucc • Me.  
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme  
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves  
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da  
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.  
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.  
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	7
<b>NOTA DOS AUTORES</b> .....	9
<b>PREFÁCIO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>TEORIA GERAL DA PROVA</b> .....	23
1.1. A prova no processo civil.....	23
1.1.1 A palavra prova e a sua acepção.....	24
1.1.2 A relação da prova com o fato.....	25
1.1.2.1 A definição de fato para o processo.....	26
1.2.2 Objeto da prova: fato da causa como <i>thema probandum</i> .....	29
1.2.3 Características do fato como <i>thema probandum</i> : relevância, controvérsia e determinação.....	31
1.2.4 A relação do fato com a produção de provas.....	32
1.2.5 As diferentes espécies de fatos.....	36
1.2.5.1 Fatos positivos ou negativos.....	36
1.2.5.2 Fatos jurídicos.....	37
1.2.5.3 Fato da existência de norma jurídica.....	37
1.2.5.4 Fatos principais e simples.....	37
1.2.5.5 Prova de fato ocorrido no estrangeiro.....	38
1.2.5.6 Os fatos que não dependem de prova.....	38
1.2.5.6.1 Fatos notórios.....	39
1.2.5.6.2 Fato incontroverso.....	40
1.2.5.6.3 Fato presumido.....	41
1.2.5.6.3.1 Fato absolutamente presumido.....	42
1.2.5.6.3.2 Fato relativamente presumido.....	43
1.2.6 A possibilidade de diversos fatos como <i>thema probandum</i> : a complexidade das questões de fato.....	44
1.2 A prova, o direito à prova e a sua produção.....	45
1.2.1 O fato, a prova e a busca pela verdade.....	45
1.2.2 A finalidade da prova.....	48
1.2.3 A destinação da prova.....	50

1.2.4 Meios, fontes e conteúdo da prova.....	53
1.2.5 A prova como direito fundamental das partes.....	54
1.2.6 A produção da prova pelas partes e a especificação das provas.....	57
1.2.6.1 A análise do juízo sobre a especificação de provas: do deferimento e indeferimento das provas.....	58
1.2.6.2 O indeferimento da produção de provas e a impossibilidade de decidir com base em falta de provas.....	59
1.2.7 A possibilidade de produção de prova pelo juízo.....	60
1.2.7.1 Aspectos gerais dos poderes instrutórios do juízo.....	60
1.2.7.2 A discussão dos poderes instrutório entre os modelos adversarial e inquisitorial.....	60
1.2.7.3 A proposição de um modelo cooperativo.....	62
1.2.7.4 A visão garantista do processo: o processo das partes para as partes....	63
1.2.7.5 O poder instrutório do juízo.....	64
1.2.7.6 A interpretação do poder instrutório do juízo diante dos critérios de limitação e autocontenção.....	67
1.2.7.7 A relevância sobre quem pleiteou a produção da prova.....	71
1.3 Procedimento probatório.....	72
1.4 A análise da prova pelo juízo e a sua valoração .....	73
1.4.1 O descarte do sistema de tarifação das provas e sistema de convicção íntima do juízo .....	74
1.4.2 Do livre convencimento motivado (persuasão racional) ao convencimento motivado.....	75
1.4.3 O modo de realização do convencimento motivado.....	79
1.4.4 O convencimento motivado e a complexidade de questões de fato .....	81
1.5 A regra de experiência para a análise da prova .....	81
1.5.1 Funções das regras de experiência.....	83
1.5.2 Espécies de regras da experiência .....	84
1.5.3 Controle das regras de experiência: contraditório e fundamentação .....	84
1.5.4 As críticas às regras de experiência.....	85
1.5.5 As regras de experiência e o fato notório .....	88
1.5.6 As regras de experiência e o indício .....	88
1.5.7 As regras de experiência e a presunção judicial .....	89
1.5.8 A relação entre regras de experiência, indício e presunção judicial.....	90
1.5.8.1 A presunção judicial via prova <i>prima facie</i> e a prova por amostragem....	91
1.6 O sistema de carga probatória: o ônus de provar.....	92
1.6.1 Análises gerais sobre ônus da prova .....	93
1.6.1.1 Os aspectos do ônus da prova: subjetivo e objetivo.....	95
1.6.1.2 As implicações do aspecto objetivo do ônus da prova.....	96
1.6.1.2.1 Ônus como regra de julgamento.....	96
1.6.1.2.2 Ônus como aplicação subsidiária.....	98
1.6.2 A distribuição do ônus da prova e as suas espécies .....	99
1.6.2.1 Distribuição estática do ônus da prova.....	99

1.6.2.2 A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	100
1.6.2.2.1 A inversão do ônus da prova por previsão legal: ope legis.....	101
1.6.2.2.2 Inversão convencional do ônus da prova.....	102
1.6.2.2.3 A distribuição dinâmica do ônus da prova pelo juízo.....	104
1.6.2.2.4 Pressupostos para a redistribuição do ônus da prova.....	107
1.6.2.2.4.1 Pressupostos formais da redistribuição do ônus da prova.....	107
1.6.2.2.4.2 Os pressupostos materiais da redistribuição do ônus da prova.....	110
1.6.2.3 A pluralidade de alegações de fato e a necessidade de redistribuição específica sobre o ônus de cada alegação.....	111
1.6.2.4 A diferença entre a regra que autoriza a redistribuição do ônus da prova e a regra que redistribui o ônus da prova.....	112
1.6.2.5 O ônus da prova de fato negativo.....	112
1.6.3 A redistribuição do ônus da prova e a vinculação desta para o juízo na sentença.....	115
1.7 Diretrizes do direito probatório.....	116
1.7.1 Natureza jurídica das normas sobre prova.....	116
1.7.2 As espécies de provas e a atipicidade das provas.....	117
1.7.3 A necessidade da licitude da prova ou a proibição de prova ilícita.....	119
1.7.3.1 Prova moralmente ilegítima.....	120
1.7.3.2 Análise sobre a ilicitude da prova.....	121
1.7.3.3 A nulidade da decisão baseada em prova ilícita ou moralmente ilegítima.....	121
1.7.4 Prova emprestada.....	122
1.7.5 Preclusão para o juízo em matéria de prova.....	125
1.7.6 A cadeia de custódia da prova no processo civil.....	128

## **CAPÍTULO 2**

<b>PROVAS EM ESPÉCIE.....</b>	<b>131</b>
2.1 As espécies de provas ou meios de prova.....	131
2.2 A produção antecipada de prova.....	131
2.2.1 A natureza jurídica da ação de produção antecipada de prova.....	132
2.2.2 A produção antecipada de prova como a junção das ações probatórias	138
2.2.3 Os fundamentos da ação probatória: as possibilidades da ação de produção antecipada de provas.....	140
2.2.4 O procedimento da produção antecipada da prova.....	143
2.2.4.1 A petição inicial da produção antecipada da prova.....	144
2.2.4.2 A análise de admissibilidade da produção antecipada de prova pelo juízo, a citação dos interessados e as suas possíveis manifestações/defesas.....	145
2.2.4.3 A decisão sobre a produção da prova e os recursos cabíveis.....	150
2.2.4.4 A produção antecipada da prova procedente e a sua realização.....	152
2.2.4.5 A sentença de homologação da prova produzida e a extinção do processo.....	153
2.2.5 As espécies de prova a serem produzidas na produção antecipada da	

prova .....	155
2.2.6 A competência para a produção antecipada da prova e a não fixação da prevenção do juízo.....	159
2.2.7 O direito de utilização da prova para qualquer das partes .....	160
2.2.8 Tutela provisória na produção antecipada da prova .....	161
2.2.9 A possibilidade de inclusão de terceiros na produção antecipada da prova.....	162
2.2.10 Autonomia entre a produção antecipada da prova e a ação de direito material do <i>facto probando</i> .....	163
2.2.11 A inviabilidade da produção antecipada de prova de maneira incidental.....	164
2.3 Depoimento pessoal .....	165
2.3.1 Conceito.....	165
2.3.2 A iniciativa do depoimento pessoal: entre requerimento do depoimento pessoal e a determinação de interrogatório pelo juízo.....	166
2.3.3 Os atores do depoimento pessoal.....	168
2.3.3.1 O presentante e o representante da parte.....	168
2.3.4 A recusa do depoente .....	169
2.3.5 O procedimento do depoimento pessoal.....	174
2.3.6 A valoração do depoimento pessoal.....	176
2.4 Confissão .....	177
2.4.1 Conceito.....	177
2.4.2 Os elementos da confissão.....	177
2.4.3 Natureza jurídica da confissão.....	178
2.4.4 Espécies de confissão .....	179
2.4.5 Distinções necessárias da confissão com outros institutos.....	182
2.4.5.1 Confissão e reconhecimento do pedido.....	182
2.4.5.2 Confissão e admissão.....	183
2.4.6 Os requisitos para a confissão .....	184
2.4.7 A eficácia da confissão.....	185
2.4.8 Os limites da eficácia da confissão para o confitente .....	187
2.4.8.1 A confissão por representante e sua eficácia.....	187
2.4.8.2 A irrevogabilidade da confissão e a possibilidade de invalidação da confissão.....	188
2.4.8.3 A invalidação por erro ou coação.....	189
2.4.8.4 A confissão como um ato uno e indivisível.....	190
2.5 Prova testemunhal.....	191
2.5.1 Conceito.....	191
2.5.2 Espécies de prova testemunhal .....	193
2.5.3 A admissibilidade da prova testemunhal.....	194
2.5.4 Da capacidade da testemunha e as incapacidades, impedimentos e suspeições.....	195
2.5.5 O requerimento da produção de prova testemunhal e a decisão de deferimento/indeferimento.....	199
2.5.5.1 A juntada do rol de testemunhas.....	201

2.5.5.2 A intimação das testemunhas indicadas no rol.....	203
2.5.5.3 A possibilidade de substituição da testemunha.....	205
2.5.6 O local da produção da prova testemunhal.....	206
2.5.7 O momento processual da produção da prova testemunhal.....	208
2.5.8 O procedimento da produção de prova testemunhal.....	209
2.5.8.1 Ordem de inquirição.....	209
2.5.8.2 Qualificação.....	209
2.5.8.3 Contradita e decisão sobre a contradita.....	209
2.5.8.4 Compromisso do art. 458 do CPC.....	210
2.5.8.5 Escusa de depor.....	211
2.5.8.6 Método de inquirição.....	211
2.5.8.7 A documentação da produção da prova testemunhal.....	213
2.5.8.8 O direito da testemunha: certidão de comparecimento e reembolso de despesas.....	213
2.5.8.9 A possibilidade de acareação entre testemunhas e a oitiva de uma nova testemunha.....	214
2.5.9 O valor da prova testemunhal.....	215
2.6 Prova documental.....	216
2.6.1 Conceito.....	216
2.6.2 A importância e a utilização da prova documental.....	216
2.6.3 Classificação do documento: físico e eletrônico.....	218
2.6.4 Elementos do documento.....	219
2.6.4.1 O documento e a prova documental.....	220
2.6.4.2 Distinção da prova documental dos outros meios de prova.....	221
2.6.4.3 A prova documental e a prova documentada.....	222
2.6.4.4 A diferença necessária entre documento e instrumento.....	224
2.6.5 A autoria do documento.....	225
2.6.5.1 Autoria material e autoria intelectual.....	226
2.6.5.2 A autoria: entre autógrafo e heterógrafo.....	227
2.6.5.3 A diferenciação do documento pelo seu autor: documentos públicos e particulares.....	227
2.6.5.4 A importância da subscrição e identificação da autoria.....	228
2.6.5.5 Autenticidade.....	229
2.6.6 Conteúdo.....	230
2.6.6.1 O suporte do documento.....	231
2.6.7 O documento e as suas datas.....	232
2.6.8 A força probante dos documentos.....	233
2.6.8.1 Força probante dos documentos públicos.....	234
2.6.8.1.1 Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	235
2.6.8.1.2 A escritura pública e a sua força probante.....	236
2.6.8.1.3 O documento público como instrumento público como forma solene do ato jurídico: art. 406 do CPC.....	237

2.6.8.1.4 A irregularidade do documento público.....	238
2.6.8.2 Força probante dos documentos particulares.....	239
2.6.8.2.1 A força probante dos documentos particulares dispositivos.....	240
2.6.8.2.2 A força probante dos documentos particulares testemunhais.....	241
2.6.8.2.3 A força probante do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados.....	241
2.6.8.2.4 A força probante das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação.....	242
2.6.8.2.5 A força probante dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	243
2.6.8.2.6 A indivisibilidade do documento particular e da escrituração contábil.....	244
2.6.8.2.7 Os documentos: entre originais, cópias, certidões e traslados.....	244
2.6.9 Os vícios possíveis no documento: entre irregularidade e falsidade .....	246
2.6.10 A formação da produção da prova documental.....	248
2.6.10.1 Os momentos possíveis de juntada da prova documental pelas partes.....	248
2.6.10.2 Juntada de documento em momento posterior à fase postulatória.....	250
2.6.10.3 Os momentos de manifestação da parte adversa sobre a prova documental produzida.....	253
2.6.10.4 As possibilidades impugnativas da parte contrária sobre a prova documental produzida.....	253
2.6.10.5 A decisão sobre a produção de prova documental.....	254
2.6.11 Arguição de falsidade: art. 430 e seguintes do CPC.....	255
2.6.12 Documento eletrônico e a sua regulamentação .....	258
2.6.12.1 A necessidade de sua certificação: autenticidade do documento eletrônico.....	259
2.6.12.2 A segurança e integridade do documento eletrônico.....	260
2.6.12.3 Documento eletrônico não certificado.....	261
2.6.13 O processo eletrônico ou processo em autos eletrônicos .....	262
2.6.14 O documento eletrônico no processo em autos de papel .....	263
2.7 Ata Notarial .....	263
2.7.1 Conceito.....	263
2.7.2 A legitimidade da ata notarial .....	264
2.7.3 Os fatos que podem ser documentados via ata notarial.....	265
2.7.4 Natureza jurídica da ata notarial.....	266
2.7.5 A utilização da ata notarial no processo.....	267
2.7.6 A diferença da ata notarial da escritura pública .....	268
2.8 Exibição de documento ou coisa .....	269
2.8.1 Conceito.....	269
2.8.2 Meio de prova ou meio de obtenção de prova?.....	270
2.8.3 Legitimidade para a exibição: ativa de quem requerer e passiva de quem for requisitado .....	271
2.8.4 Os requisitos para o requerimento de exibição de documento ou coisa	272

2.8.5 O requerimento da exibição de documento ou coisa e os momentos processuais adequados.....	274
2.8.6 As espécies de exibição de documento ou coisa .....	275
2.8.6.1 A requisição de documento como forma de exibição de documento...276	
2.8.6.2 A exibição de documento ou coisa em face da parte adversa: um incidente processual.....	278
2.8.6.2.1 Procedimento da exibição de documento ou coisa em face da parte adversa.....	278
2.8.6.2.2 O requerimento de exibição formulado em face de terceiro: um processo incidente.....	282
2.8.6.2.2.1 Procedimento da exibição de documento em face de terceiro como processo incidente em um processo existente.....	283
2.8.6.2.3 Exibição de documento ou coisa como um rito de procedimento especial em ação autônoma.....	287
2.8.6.2.3.1 A equivocada decisão do STJ no REsp 1774987 e a tentativa inadequada de junção da exibição de documento ou coisa com a produção antecipada da prova.....	290
2.8.6.2.3.2 A decisão do STJ no REsp 1803521 e a construção de uma exibição de documentos ou coisa autônoma pelo rito do art. 396 do CPC.....	295
2.9 Prova pericial.....	299
2.9.1 Conceito.....	299
2.9.2 A perícia como meio de prova e as fontes da prova pericial .....	302
2.9.3 O perito.....	304
2.9.3.1 Requisitos para escolha e a nomeação do perito.....	306
2.9.3.2 Escolha consensual do perito.....	308
2.9.3.3 Os deveres do perito.....	310
2.9.3.4 O direito do perito de escusa da nomeação à perícia.....	313
2.9.3.5 Substituição do perito.....	314
2.9.3.6 A perícia complexa e a necessidade de nomeação de mais de um perito.....	315
2.9.3.7 Da substituição do perito pelo perito-testemunha.....	316
2.9.3.8 O assistente técnico.....	318
2.9.4 Do pedido da produção da prova pericial e os momentos de sua formulação e da decisão de deferimento ou indeferimento .....	319
2.9.4.1 A decisão sobre deferimento ou indeferimento da perícia.....	320
2.9.5 O procedimento de produção da prova pericial.....	322
2.9.6 A avaliação da perícia pelo juízo .....	329
2.9.6.1 A possibilidade de segunda perícia.....	331
2.9.7 As despesas da perícia e sua produção.....	333
2.10 Inspeção judicial .....	336
2.10.1 Conceito.....	336
2.10.2 Os fundamentos da inspeção judicial.....	337
2.10.3 O requerimento da inspeção judicial e a análise judicante ou a possibilidade	

de inspeção oficiosa .....	338
2.10.4 O procedimento da inspeção judicial.....	340
2.10.4.1 O objeto da inspeção judicial.....	340
2.10.4.2 A inspeção de coisa.....	341
2.10.4.2.1 A inspeção de coisa como local.....	341
2.10.4.2.2 A inspeção de coisa como objeto.....	342
2.10.4.2.3 A inspeção de pessoa.....	342
2.10.4.2.3.1 A inspeção da parte.....	342
2.10.4.2.3.2 A inspeção de terceiro.....	343
2.10.5 A inspeção direta e indireta .....	343
2.10.6 A possibilidade de ser prova principal ou única para o fato controvertido .....	343
2.10.7 Local da inspeção judicial.....	344
2.10.8 A documentação constante nos autos da inspeção judicial: termo circunstanciado .....	344
2.10.9 As partes e sua influência na inspeção: durante a inspeção e posterior à inspeção .....	345